

Na luta contra o subdesenvolvimento

○ NOSSO APARELHO DE ESTADO DEVE SER INSTRUMENTO DA CAPACIDADE POPULAR

— Presidente Samora Machel, em entrevista à informação estrangeira

O Presidente Samora Machel concedeu, recentemente, duas importantes entrevistas à Informação estrangeira, as quais publicamos parcialmente na presente edição. Nestas duas entrevistas, o dirigente máximo da Revolução moçambicana responde a questões incidindo sobre a presente Ofensiva Política e Organizacional, a recente remodelação governamental, os investimentos estrangeiros na República Popular de Moçambique e o combate contra o subdesenvolvimento nesta Década de 80. Uma das entrevistas foi concedida à revista "África Magazine", que se edita em Londres, e a outra a uma publicação da cidade italiana de Reggio Emilia, que se tem destacado, desde o tempo da luta armada, pelo apoio prestado à causa do Povo moçambicano.

Divulgamos a seguir as principais perguntas e respostas das referidas entrevistas.

PORQUE SÓ AGORA A OFENSIVA?

Uma das perguntas colocadas pelo «Africa Magazine» foi:

— Senhor Presidente, recentemente, fez mudanças na sua administração, na sequência do que foi descrito como uma ofensiva contra a incompetência e má administração no Governo e na economia. Porque é que esperou cinco anos para fazer algo sobre isso? Porque é que foram precisos cinco anos de independência para descobrir esta situação no País?

RESPOSTA — O processo revolucionário tem o seu próprio movimento. Não é um fenómeno estático; é um processo dialéctico.

Com a Independência Nacional, em 1975, terminou uma fase da nossa luta: a luta pela libertação da pátria ocupada; a luta pela libertação do homem explorado, discriminado e humilhado. Uma nova fase se iniciou então: a reconstrução nacional. Reconstruir o nosso País significava levar até ao fim a batalha anticolonial. Significava destruir o Aparelho de Estado colonial-fascista; eliminar uma estrutura económica concebida para servir a metrópole e a burguesia estrangeira; acabar com os métodos de trabalho ditatoriais, com as relações de produção de tipo capitalista; cortar o cordão umbilical com a antiga metrópole, com os valores

estrangeiros e burgueses. Avançar a semente da assimilação e da alienação, libertar o povo dos complexos com que o colonialismo marcou a nossa sociedade.

Reconstruir o País não podia significar uma simples reforma das estruturas. O reformismo ter-nos-ia conduzido ao neocolonialismo.

Reconstruir o País teve de significar um combate no plano da teoria e organização do novo Estado Popular; o contróle da economia e a passagem à planificação económica; a criação de uma economia sólida, que sirva os interesses das largas massas populares, que permita um rápido desenvolvimento dos benefícios sociais à disposição do povo.

Reconstruir o País teve de significar a implantação da democracia popular, o poder popular a todos os níveis da sociedade. No plano da produção, foi necessário substituir as relações de produção capitalista por um novo tipo de relações de produção democráticas, participativas.

Na passagem da fase da Luta Armada de Libertação Nacional para a fase de Reconstrução Nacional, foram realizadas profundas alterações na administração. Alguns quadros, que haviam sido bons nas tarefas durante a luta, não se adaptaram às novas exigências ou não assumiram o salto qualitativo que a Revolução então deu.

A uns foi necessário dar-nos novas tarefas compatíveis com a sua

experiência ou, inclusivamente, proporcionarmos acções formativas para as novas responsabilidades.

Os outros demonstraram mais uma vez que a Revolução é como um rio em cheia, que vai depositando nas margens a carga impura que as suas águas arrastam.

Após o III Congresso iniciámos o processo da recuperação económica e do lançamento das bases políticas, culturais e materiais para a edificação do socialismo. Importantes conquistas foram conseguidas. As principais manobras do colonialismo e do imperialismo foram contidas. Não obstante as acções desestabilizadoras e as agressões militares levadas a cabo pelos regimes racistas, o poder popular consolidou-se e a nova ordem económica consolidou-se.

Mas o socialismo significa progresso, desenvolvimento, domínio da ciência e da técnica, utilização racional dos recursos humanos e materiais, eficiência e competência sempre crescentes, luta intransigente contra a corrupção, a rotina, o espírito conservador.

Em Agosto do ano passado, definimos a década de 1980-90 como a década da vitória sobre o subdesenvolvimento. É um projecto ambicioso ao nível das experiências vividas no nosso continente. Mas é um projecto realizável.

Só que para o materializar é necessário darmos um grande salto qualitativo, vencermos em nós próprios o espírito de conformismo, a atitude fatalista que está latente no próprio subdesenvolvimento.

Temos de definir novos parâmetros daquilo que deve ser considerado como normal no nosso país. Não podemos considerar-nos satisfeitos por sermos melhores do que este ou aquele país subdesenvolvido. Devemos considerar-nos insatisfeitos enquanto não tivermos atingido o nível de qualidade, a eficiência dos países mais avançados.

Este salto exige que intensifiquemos o combate pelo crescimento constante dos novos quadros, pela melhoria constante da nossa organização, pela crescente eficiência da nossa sociedade.

Desenquear este combate antes de 1980 teria sido prematuro, teria significado multiplicarmos os nossos alvos e contundimos a tarefa principal e as tarefas secundárias.

Durante estes cinco anos tivemos as nossas armas viradas para fora do nosso país defendendo a integri-

dade territorial e o povo que era sistematicamente atacado. Só agora podemos virar as armas para dentro, para o inimigo alojado no nosso seio.

E quando nos referimos ao inimigo no nosso seio é bom que fique claro o que entendemos por isso. São incorrectas certas interpretações que reduzem este conceito à presença física de contra-revolucionários activos nas nossas estruturas. Também os há, é certo, e não devem ser menosprezados. Contudo, o nosso combate é mais vasto. Ele visa atacar os métodos, os valores, os comportamentos, a atitude geral perante a vida, as ideias erradas, os vícios e a corrupção da sociedade colonial-capitalista e da sua outra face que é o neocolonialismo.

A nova fase da nossa Revolução, a libertação do Zimbábue, o crescente domínio da economia, a maturidade mais elevada das massas populares, permitem que levemos a um estágio superior a luta de classes no nosso país e a consequente consolidação do poder da aliança operário-camponesa.

OS OBJECTIVOS DA OFENSIVA

Foi a seguinte uma das perguntas feitas pela publicação de Reggio Emilia:

— Desde o início do corrente ano que a sociedade moçambicana tem sido sacudida, se assim se pode dizer, pelo que tem vindo a ser designado por «Ofensiva Política e Organizacional» e que já levou ao afastamento de altos responsáveis do Aparelho de Estado.

Senhor Presidente, poderia dizer-nos quais são os principais objectivos desta Ofensiva, como foi ela desencadeada, porquê neste momento contra quem?

RESPOSTA — A Direcção do Partido FRELIMO definiu a década de 1980-90 como a década da vitória sobre o subdesenvolvimento. Isto significa que teremos, nestes dez anos de desenvolver um gigantesco esforço. Eliminar o subdesenvolvimento em dez anos significa, num prazo historicamente muito curto, erradicar o analfabetismo num país onde ele atinge quase 90 por cento da população; significa criar uma agricultura relativamente mecanizada, num país onde a grande maioria da população pratica ainda uma agricultura de subsistência; significa lançar bases sólidas para a indústria pesada, num país onde ela nunca existiu.

Significa ainda eliminar definitivamente do nosso País a fome, a nudez, a miséria, garantir assistência sanitária adequada para todos, garantir que todos usufruam do direito à Educação. Tudo isto representa uma tarefa enorme, atendendo às condições de onde partimos. Alguns pensam mesmo que somos demasiado ambiciosos, que nos deveríamos contentar com metas mais modestas, que somos sonhadores. Mas, a esses, nós respondemos que, para transformar a realidade, é preciso sonhar. Há dezasseis anos, quando iniciámos a luta armada, a independência, a vitória sobre o colonialismo português, pareciam-nos sonhos longínquos. Também nessa altura muitos nos consideraram sonhadores e visionários. Mas esses sonhos, em dez anos, tornaram-se realidade. Porque não eram sonhos de um homem ou de um pequeno grupo, mas sonhos de todo um Povo — eles correspondiam às aspirações mais profundas do nosso Povo, aos seus anseios mais legítimos. Por isso foi possível transformarmos esses sonhos em realidade.

A situação, hoje, é muito semelhante. Tal como sucedia há dezasseis anos, também hoje as tarefas que o nosso Povo tem pela frente são gigantescas e podem desencorajar os mais fracos. Mas essas tarefas correspondem às aspirações, aos interesses, aos anseios mais profundos e legítimos de todo o nosso Povo. A vontade de milhões de homens e mulheres, quando correctamente orientada e organizada, transforma-se numa força material formidável, invencível. Tal como no passado, ela será a força principal deste novo combate. O factor determinante é a capacidade do Partido em definir e implementar uma linha política correcta, capaz de guiar as massas no sentido dos seus grandes objectivos.

Este ponto introduz-nos, justamente, no assunto da sua pergunta. A força principal, para nós, está no Povo.

Mas não somos voluntaristas. Não basta a vontade do Povo para garantir a vitória. É preciso criar as condições, organizar, planificar a vitória.

Ao definirmos a década de 80 como a década da vitória sobre o subdesenvolvimento, fizemos uma reflexão profunda, ao nível do Partido, sobre a capacidade actual do nosso Aparelho de Estado, para implementar a política definida pela FRELIMO.

E a conclusão a que chegámos foi de que o nosso Aparelho de Estado estava ainda muito longe de corresponder às necessidades da presente fase.

Constatámos que no nosso Aparelho de Estado imperava ainda a incompetência, o burocratismo, o desleixo, a corrupção moral e material, os métodos de trabalho próprios de um Estado colonial, ou de um Estado capitalista.

A Direcção do Partido desencadeou então, no início de 1980, uma vigorosa ofensiva contra todos esses males ainda presentes no nosso Estado. Essa ofensiva permitiu-nos diagnosticar com exactidão a doença de que sofria a nossa sociedade e encontrar a terapêutica adequada. Verificámos, por um lado, que em muitos sectores-chave da nossa economia, ainda encontrámos como responsáveis elementos comprometidos com o colonial-capitalismo. São elementos que transportam todos os defeitos inerentes a esse sistema, elementos ideologicamente burqueses que não podem compreender os interesses do Povo. São oportunistas incapazes de assumir correctamente a linha do Partido e de, na prática, implementarem as suas orientações sem desvios. Verificámos, por outro lado, a existência de deformações estruturais no nosso Aparelho de Estado. Encontrámos estruturas que já não correspondiam às necessidades da fase actual. Encontrámos, ainda, como resultado dos dois factores referidos, desvios da função do Estado. Por exemplo, ao longo dos primeiros anos da independência, o nosso Estado veio a controlar centenas e centenas de pequenas lojas espalhadas pelo País e que foram abandonadas pelos antigos proprietários, antigos colonos. Como resultado da falta de uma perspectiva clara, estavam a criar-se verdadeiros monstros no seio do nosso Estado. Criámos uma empresa estatal que tinha de gerir cerca de mil negócios pequenos e médios em todo o País — negócios que incluíam boutiques, barbearias, alfaiatarias...

É fácil de ver a distorsão que isto representa em relação à função dirigente que o Estado, segundo a nossa concepção, deve exercer sobre o conjunto da economia nacional. É fácil de ver, também, até que ponto isto representa uma dispersão inútil de esforços, especialmente num país como o nosso, onde um dos problemas centrais é a falta de quadros

qualificados. Uma empresa nestas condições não pode funcionar devidamente e garantir uma boa qualidade de serviços à população.

Ora, socialismo é melhorar a vida do Povo.

Assim desencadeámos a presente ofensiva. É uma ofensiva permanente contra, por um lado, a infiltração de elementos incapazes de assumirem a nossa linha política; e, por outro lado, contra as deformações estruturais e os desvios verificados no papel do Estado.

O objectivo central é libertarmos o homem moçambicano da carga de fatalismo, passividade, obscurantismo, que a acção desumanizante do colonialismo lhe inculcou. Este combate vai permitir dinamizar a nossa sociedade e capacitar o nosso Aparelho de Estado para ser o instrumento fundamental da aplicação da política do Partido, sem desvios, nem, incorrecções. Isto significa tornar o nosso Aparelho de Estado numa estrutura sã, dinâmica, eficiente e operativa. Uma estrutura com características verdadeiramente populares de onde sejam definitivamente erradicados o burocratismo, a apatia, o desleixo, a corrupção, a incompetência, a ineficiência, a indisciplina. Aquilo que queremos, aquilo de que precisamos, em resumo, é de uma estrutura estatal verdadeiramente representativa do poder dos trabalhadores, tanto na forma como no conteúdo. Vamos edificar um aparelho de Estado que seja o instrumento e o veículo da enorme energia criadora, da enorme capacidade de realização do Povo.

A ofensiva, embora surja como tendo por alvo principais os organismos do Estado, estende-se a todos os sectores da sociedade, e especialmente aos sectores produtivos. Todavia, só atingirá plenamente os seus objectivos se for conduzida a todos os níveis da vida da sociedade. No seu conjunto, a ofensiva em curso visa criar condições favoráveis, no plano subjectivo e estrutural, para a vitória nesta nova guerra prolongada que o nosso Povo trava hoje — a guerra contra o subdesenvolvimento.

Quanto à segunda parte da sua pergunta — porque desencadeámos a ofensiva agora — recordo uma vez mais que até fins do ano passado, a guerra no Zimbabwe absorvia a maior parte das nossas energias e das nossas atenções. Éramos forçados a concentrarmo-nos constantemente na defesa da nossa soberania, das nossas fronteiras, da nossa po-

pulação, da nossa economia.

A luta de libertação no Zimbabwe foi uma luta anticolonial. A opção táctica do imperialismo ao apoiar o regime ilegal (ou apoiando as forças que apoiavam Smith-Muzorewa) inseria-se ainda no seu desenho estratégico de, com base na África do Sul, preservar os interesses económicos que estavam ligados ao «statu-quo» colonial da região.

Assim, de certo modo, podemos considerar que o cumprimento do nosso dever internacionalista em relação ao povo zimbabueano se liga intimamente à etapa anticolonialista da nossa Revolução. O combate armado do povo moçambicano contra o colonialismo prolongou-se na luta do Zimbabwe. A nossa luta de libertação só parou agora. A libertação do Zimbabwe altera a correlação de forças na região e derrota irreversivelmente o projecto do colonialismo de pele preta. O seu expoente simbólico é o bispo Muzorewa que se intitulava primeiro-ministro de um regime de colonos brancos racistas.

O imperialismo tem necessariamente de buscar novas alternativas tácticas e é, aliás, neste quadro que se deve procurar compreender a confrontação, a nível do poder branco, que actualmente se verifica na República da África do Sul.

Se tivéssemos desencadeado a Ofensiva Política e Organizacional enquanto não estava resolvida a questão colonial na região ter-nos-íamos proposto um nível de luta de classes destacado da realidade em que vivíamos. Agora a situação é diferente.

Com a vitória do Zimbabwe, ficaram criadas condições muito mais favoráveis ao nosso desenvolvimento interno. A questão central já não é a da reconstrução, da recuperação da economia; a questão principal, agora, é a da vitória sobre o subdesenvolvimento.

A força principal que se opõe agora ao progresso da revolução é representada pelas concepções ideológicas feudal e burguesa, pelas concepções ideológicas alienadas da nossa realidade nacional, de que o burocratismo, o desleixo, a corrupção, a incompetência, etc., são expressão.

Por isso, caracterizamos a nova fase da luta como a fase em que vamos começar a virar as nossas armas para dentro e concentrarmo-nos no combate político contra o inimigo interno.

Fazermos deste combate o combate principal quando o imperialismo

nos invadia diariamente teria sido irresponsabilidade política.

O QUE QUEREMOS SER

Outra pergunta da publicação italiana foi:

«O Senhor Presidente refere repetidamente a corrupção, a incompetência e o burocratismo que diz prevalecerem no Estado moçambicano. Em especial no que respeita à corrupção. Isso não pode deixar de surpreender muitos observadores do processo moçambicano. Com efeito, é opinião geral, mesmo entre observadores não simpatizantes com a opção moçambicana, que o seu país, é, ao nível da África, um daqueles em que é menos visível a corrupção. Significarão as suas palavras que essa imagem que se formou de Moçambique no exterior não corresponde à realidade?»

Resposta:

Penso que a imagem é verdadeira. De facto podemos afirmar com satisfação no termo de cinco anos de independência, que avançamos muito mais no combate à corrupção de que muitos países africanos independentes há mais tempo. Simplesmente, julgamos que ainda não avançámos o suficiente, que estamos ainda muito longe dos nossos objectivos estratégicos.

No Ocidente, em especial, formou-se uma certa imagem dos países africanos. Dessa imagem fazem parte a corrupção, a desorganização, a incompetência, o desleixo. São coisas já consideradas «normais» em África. Assim, quando aparece um país como o nosso, onde há um combate consequente a esses males, os observadores estrangeiros têm tendência a sobrevalorizar essa experiência. Dizem então que, «comparado com outros países africanos», o nosso não é assim tão mau. Pensamos que esta perspectiva é incorrecta e revela um certo paternalismo mesmo quando é assumida por observadores simpatizantes do nosso processo.

O nosso termo de comparação são os países mais avançados, mais desenvolvidos, onde foi construída

uma sociedade mais justa e onde esses males foram eliminados ou quase eliminados: a ponto de já não constituírem um problema sério. E com esses países que queremos compará-nos e por isso não sobrevalorizamos os sucessos já alcançados neste domínio. Pelo contrário, interessa-nos mais salientar aquilo que ainda falta percorrer, as grandes falhas que ainda temos. As nossas metas são ambiciosas. O nosso objectivo não é sermos um país africano menos corrupto do que outros — o nosso objectivo é eliminar radicalmente a corrupção do nosso país. O nosso objectivo é edificar um aparelho de Estado realmente dinâmico, eficiente, que esteja à altura dos grandes objectivos estratégicos do nosso Povo.

Queremos demonstrar, neste processo, que a corrupção, a ineficiência, não são características africanas — são, sim, características da ideologia do subdesenvolvimento. Encontramo-las em especial naqueles países que estão ou estiveram muito tempo submetidos a regimes como o colonial-capitalista, onde a pessoa humana era despojada de toda a sua dignidade. Na sociedade nova que estamos a construir, não há lugar para a corrupção, como não há lugar para o desleixo, a ineficiência, o burocratismo. O nosso sistema visa fundamentalmente criar condições para que a pessoa humana possa libertar-se e desenvolver totalmente as suas capacidades e potencialidades. É este o nosso objectivo último. Ora, isso deve reflectir-se tanto ao nível global da sociedade como ao nível do comportamento individual de cada cidadão. Cada cidadão significa cada operário, cada camponês, cada soldado, cada polícia, cada funcionário do Estado, cada professor, cada aluno, cada intelectual, cada técnico, cada comerciante. De todos exigimos que assumam cabalmente a sua função, a sua responsabilidade social. Por isso o nosso processo é tão exigente. Por isso estamos ainda longe de nos considerarmos satisfeitos com aquilo que já alcançámos. Por isso prosseguimos e intensificamos neste momento o combate contra todos esses males.

(De: "Notícias", Maputo, 1980-06-25)